

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 15

HOJE ES ONLINE - ESTADO  
ANFIP

Contarato é eleito o 3º melhor senador em votação popular do Prêmio Congresso em Foco .....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator propõe IR menor para pessoas físicas .....5

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

O teto de gastos (Artigo) .....6

O DIA - TERESINA - PI - EM DIA  
SEGURIDADE SOCIAL

IDOSOS são os principais alvos de cartão de crédito consignado: "Dívida eterna" .....7

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

O meio ambiente e a proposta de reforma administrativa da PEC 32 .....8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A nova e necessária PEC extrateto (Artigo) .....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores criticam mudança do ICMS .....11

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco propõe nova mudança no ICMS .....12

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Auxílio Brasil: ministro diz que governo usará R\$ 30 bi fora do teto .....13

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Disciplina para o crescimento (Artigo) .....14

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja 5 efeitos que driblar o teto de gastos para criar o Auxílio Brasil pode causar .....15

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes conseguiu adiar debandada de secretários, mas foi vencido pelo Planalto .....18

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
ECONOMIA

A saga e os riscos dos precatórios (Artigo) .....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mudança do teto de gastos abre espaço de R\$ 83,6 bi no Orçamento .....22

Sexta-Feira, 22 de Outubro de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mexida no teto afeta mercados e põe política fiscal em xeque..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

É possível reforço sem furar teto de gastos? ..... 25

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
ECONOMIA

Comissão aprova texto-base de PEC..... 27

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Medida foi aprovada por 23 votos a 11 ..... 28

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL  
ECONOMIA

Saiba quem terá direito ao programa Auxílio Brasil..... 29

# Contarato é eleito o 3º melhor senador em votação popular do Prêmio Congresso em Foco

## Redação

Os vencedores do Prêmio **Congresso em Foco** foram anunciados nesta quinta (21) à noite em evento híbrido - físico e online - realizado em Brasília, com transmissão pelas redes sociais. Na cerimônia foram premiados os parlamentares escolhidos por votação popular - com a participação de quase 2 milhões de votos pela internet - e por votos de um grupo de jornalistas e de um júri especializado. O prêmio traz um radar sobre a popularidade da atuação dos legisladores e, neste ano, pode apontar cenários para as eleições em 2022.

A categoria "Melhores no Senado" por escolha popular obteve o total de 403.634 votos e foi vencida por Randolfe Rodrigues (Rede- AP), seguido por Humberto Costa (PT/PE) e Fabiano Contarato (Rede/ES). Já os jornalistas e júri especializado escolheram Simone Tebet (MS/MDB) como a que teve a melhor atuação no Senado Federal.

Marcelo Freixo (PSB/RJ) foi eleito em primeiro lugar na categoria "Melhores na Câmara", que contou com 663.760 votos. Alessandro Molon (PSB/RJ) ficou em segundo lugar e Luiza Erundina (PSOL/SP), em terceiro. Molon também foi o deputado mais votado pelos jornalistas e o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), o melhor, segundo o júri especializado.

Nas categorias especiais, a novidade do ano "Mulheres na Política" homenageou as parlamentares que mais se destacaram na defesa de propostas legislativas relacionadas à igualdade de gênero ou que contribuíram para o aumento da representatividade política feminina. Luíza Erundina (PSOL-SP) venceu por voto popular, seguida por Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Simone Tebet (MDB/MS). Já Joenia Wapichana (Rede-RR) foi a melhor na opinião do júri especializado e dos jornalistas.

A internet entregou o prêmio de melhor parlamentar na categoria "Clima e Sustentabilidade" também para Alessandro Molon, seguido por Randolfe Rodrigues e Marcelo Freixo. Já os jornalistas e júri especializado elegeram Rodrigo Agostinho (PSB-SP) como o que melhor desempenhou a defesa do meio ambiente no

Congresso Nacional.

Os parlamentares com melhor desempenho em defesa da educação e votação popular foram Alessandro Molon, em primeiro lugar, seguido por Marcelo Freixo e Luiza Erundina. Ao todo, a categoria recebeu 298.611 votos. Para os jurados, o melhor foi o Professor Israel Batista (PV-DF).

A cada ano, o Prêmio **Congresso em Foco** é aprimorado para melhor cumprir os seus objetivos: estimular cidadãos e cidadãs a monitorar o desempenho dos parlamentares e, de outro, valorizar o Congresso Nacional como instituição essencial à democracia. "Valorizar a boa política é um passo essencial para consolidar e aprimorar a democracia. Por isso, este site de jornalismo independente realiza o Prêmio **Congresso Em Foco**. É nosso comprometimento com o desenvolvimento de uma cultura democrática".

Veja todos os vencedores no site do **Congresso em Foco**

Espírito Santo

O senador Fabiano Contarato (Rede -ES) é o terceiro melhor senador do país, segundo a votação popular do Prêmio **Congresso Em Foco**. Os jurados também o colocaram entre os cinco melhores parlamentares na categoria "Clima e Sustentabilidade". Para o júri formado por jornalistas, Contarato é o quinto melhor dos senadores.

O Prêmio **Congresso Em Foco**

O Prêmio **Congresso Em Foco** tem como principais objetivos fortalecer a democracia, estimular a cidadania a avaliar o desempenho de deputados e senadores e valorizar aqueles que, no entendimento da sociedade, melhor a representa.

A sua 14ª edição contempla as categorias "Melhores na Câmara", "Melhores no Senado", "Clima e Sustentabilidade", "Defesa da Educação" e "Mulheres na Política", com votos do júri especializado (formado por seis representantes de diversas áreas) e de um

grupo de 25 jornalistas (das editorias de política de diversos veículos de comunicação), e o voto do público na internet.

Conforme determina o regulamento, estão aptos a serem votados todos os congressistas que exerceram o mandato por ao menos 60 dias neste ano e não são investigados por suspeita de práticas criminosas, nem respondem a ações penais ou de improbidade administrativa.

Toda a premiação passa por um rígido sistema de auditoria por meio da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF).

A cerimônia do 14º Prêmio **Congresso em Foco** também marcou a divulgação da transição do site que hoje é referência de informação e análise do mundo parlamentar e da política. Conhecido pela cobertura jornalística independente e pela habilidade para antecipar fatos relacionados com o Congresso Nacional e a política, o veículo mudou a marca, adotou arquitetura e layout mais modernos e passa por uma profunda reformulação, envolvendo desde o seu funcionamento interno até a linha de produtos.

#### Apoiadores

Apoiam esta 14ª edição do prêmio, entre outros, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco), o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e a organização não-governamental Todos Pela Educação.

Também estão entre os apoiadores a Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef), a Associação Nacional dos Advogados da União (Anau), a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), a BMJ Consultores Associados, a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) e a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC).

O Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran|ES) alerta que não envia informes ou notificações de infrações por e-mail. O órgão esclarece que utiliza correspondências enviadas pelos Correios, ou mensagens via SMS ou aplicativo para aqueles condutores e proprietários de veículos que utilizam o aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT) e orienta que, diante de e-mails supostamente enviados

pelo Detran|ES, o cidadão não acesse links ou abra arquivos contidos nas mensagens.

#### Serviços on-line

O DETRAN|ES disponibiliza no seu site [www.detran.es.gov.br](http://www.detran.es.gov.br) informações sobre infrações, veículos e Habilitação. Em caso de dúvida, o cidadão pode acessar o site e verificar os seus dados clicando nos banners das áreas na página principal e nos serviços listados.

Para consultar informações sobre o veículo, o proprietário deve acessar o serviço 'Consulta de veículo' (<https://publicodetran.es.gov.br/ConsultaVeiculo/NovoConsultaVeiculoES.asp>) e informar a placa e o RENAVAM. Na página, consta o dossiê do veículo, débitos, infrações, registradas, recursos, inclusive se há restrições no veículo ou processos em andamento.

As infrações registradas por condutor estão disponíveis no serviço o 'Consulta de pontuação' ([https://renach2.es.gov.br/Penalidade/Publico/pub\\_consulta\\_pontuacao.aspx](https://renach2.es.gov.br/Penalidade/Publico/pub_consulta_pontuacao.aspx)). O condutor deverá informar os dados solicitados, que constam em sua CNH, para ter acesso às infrações registradas e pontuação.

Para aqueles que realizaram algum serviço relacionado à habilitação, como obtenção da primeira Habilitação, renovação ou segunda via da CNH, é possível acompanhar o andamento do processo e o código de rastreamento do documento no ícone 'Acompanhamento de Processos de CNH' (<https://detran.es.gov.br/habilitacao/servicos-online>).

É necessário fazer o cadastro no portal Acesso Cidadão, caso ainda não tenha. No caso de algum desses processos, o cidadão com e-mail cadastrado no órgão poderá receber uma mensagem via e-mail do Portal de Serviços da SENATRAN (<https://portalservicos.senatran.serpro.gov.br/#/>) com os dados para que ele possa baixar sua CNH Digital no aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).

**Site:** <https://hojees.com.br/contarato-e-eleito-o-3o-melhor-senador-em-votacao-popular-do-premio-congresso-em-foco/>

# Relator propõe IR menor para pessoas físicas

**FERNANDA FERNANDES**

O relator do projeto de reforma do Imposto de Renda no Senado, Ângelo Coronel (PSD-BA), afirmou que pretende aumentar em 41% todas as faixas da tabela do IR da Pessoa Física (IRPF), inclusive a de isenção. O valor é bem maior que o sugerido pela equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro. A proposta do senador é mais vantajosa para os contribuintes.

Na matéria inicial, o governo propõe que o limite de isenção, ou seja, o valor máximo para que uma pessoa não seja taxada, seja atualizado em 31%, passando dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 mensais. Já nas outras quatro faixas de renda, que pagam de 7,5% a 27,5% de IR, o reajuste sugerido pelo Executivo é ainda menor, 13%. Com a nova sugestão de correção do relator, ficariam isentos aqueles que ganham até R\$ 2.864,21 por mês.

Angelo Coronel explica que é necessário um reajuste maior na faixa de renda para pessoas físicas, em razão da alta **inflação** que castiga o país. "A vida do brasileiro ficou mais cara em vários segmentos: água, luz, IPTU. Estou estudando corrigir todas as faixas do IR de pessoa física com o acumulado de 41%", disse o relator.

Douglas Oliveira, advogado do Oliveira, Vale, Securato Abdul Ahad Advogados, concorda com o senador. Para o especialista tributário, o novo reajuste é "elogiável", uma vez que "é nítida a perda do valor de compra do real nos últimos anos em razão da **inflação**".

A reforma do IR é defendida pelo governo como essencial para o financiamento do programa Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família. Ainda assim, nos bastidores do Congresso Nacional, líderes de partidos admitem que a matéria possivelmente ficará para o ano que vem, o que colocaria os planos do governo em risco.

Sem pressão

O próprio relator tem defendido que o projeto, hoje parado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deve ser apreciado com calma e sem "pressão". O presidente da CAE, senador Otto Alencar (PSD-AM), também já se posicionou contra a pressão do governo para que a matéria avance antes do tempo necessário para análise. Uma audiência pública sobre o tema, a única agendada até o momento, acontecerá na

próxima quarta-feira.

Segundo cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), desde 1996, a **inflação** acumulada alcança 346,69%, enquanto as correções, congeladas desde 2015, somam 109,63%.

Mírian Lavocat, advogada tributarista sócia do Lavocat Advogados, explica que, ainda que a correção da tabela beneficie diretamente a classe trabalhadora, o projeto como um todo trará um aumento "brutal" da carga tributária, o que irá penalizar o setor produtivo. "Apesar de reduzir a alíquota do Imposto de Renda, em sentido contrário, trará a tributação sobre lucros e dividendos, alcançado a tributação brutal de 41%", afirmou.

A especialista também defende que o projeto seja analisado com mais rigor e sem pressa. "A proposição foi aprovada sem ampla discussão na Câmara dos Deputados, de forma açodada, sem avaliar os impactos dela advindos", considerou. "O Senado está certíssimo em ouvir os setores produtivos, sensibilizando-se em discutir com calma uma proposta nociva ao ambiente de negócios, novos investimentos e geração de empregos", completou.

# O teto de gastos (Artigo)

**Rogério Gallo é procurador e secretário de Fazenda do Estado**

Não há dia que não se trate, na imprensa nacional, do teto de gastos, que é a regra fiscal instituída pelo Congresso Nacional na Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

A referida regra fiscal obriga que o orçamento relativo às despesas primárias de um exercício devem ser, no máximo, o limite do ano anterior corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

As despesas primárias, para facilitar a compreensão, são todos os gastos feitos para assegurar os serviços públicos à sociedade, descontado o pagamento de empréstimos e financiamento. As despesas primárias abrangem os gastos com pessoal, com a manutenção dos serviços públicos e também os investimentos.

De forma bastante objetiva, as despesas primárias que se submetem ao referido limite do teto de gastos são os benefícios previdenciários, os de pessoal e encargos, as demais despesas obrigatórias e as discricionárias.

Do ano 2000 até 2019, a despesa primária do governo federal saltou de 15% para 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**), indicando um grande descontrole das contas públicas, pressionadas sobretudo pelo aumento de cerca de 50% dos gastos com **previdência social** no período.

Fato é que, sem as reformas estruturais que o país precisa realizar, a partir de 2013 o governo federal passou a ter sucessivos deficits do resultado primário, isto é, as receitas primárias (excluídas as decorrentes de empréstimos) eram inferiores às despesas primárias. Em suma, faltava dinheiro para o governo federal pagar os empréstimos. E isso levava à nova rolagem da dívida, mas agora, com maior desconfiança, a juros maiores.

Com uma carga tributária acima de 32% do **PIB**, impensável aumentar **tributos** para cobrir o deficit do resultado primário.

Qual foi o caminho eleito? Controlar a despesa.

E o mecanismo de controle da despesa pública veio exatamente com a regra do teto de gastos no ano de 2006, a partir da limitação dos gastos do ano em curso pelo limite do ano anterior corrigido pela **inflação**.

Assim, a regra do teto objetiva impedir o aumento dos gastos de tal maneira que, retomando os resultados primários positivos (receitas não financeiras maiores que as despesas não financeiras), a dívida pública pudesse voltar a níveis administráveis, recuperando a confiança na solvência do país.

Esse controle das despesas públicas envolve dois aspectos fundamentais: o das reformas para corrigir tratamentos favorecidos que setores e corporações tiveram ao longo do tempo e também o da melhor gestão do orçamento público.

Se a agenda das reformas não caminhou como se esperava, ao menos as escolhas orçamentárias do governo federal respeitaram, desde 2016, o limite imposto pelo teto de gastos, o que acabou se refletindo numa redução do deficit primário de 3% em 2016 para 1,8% do **PIB** em 2019.

Entre 2016 e 2019, tivemos uma **inflação** sob controle e uma taxa básica de juros (Selic) que, pela retomada da confiança na capacidade do país de reverter seu deficit, em dezembro de 2016 (data da aprovação do teto de gastos), estava em 13,75% e chegou a 3,75% em março de 2020, antes da pandemia do novo coronavírus.

Juros menores trazem estímulos para investimentos e, conseqüentemente, para a geração de emprego e renda. Isso decorreu, no histórico recente da política econômica brasileira, em função da adoção do teto de gastos e do controle dos deficits primários do governo federal.

Escolhas orçamentárias que nos afastem, nesse momento, da regra do teto de gastos podem nos levar novamente a um ciclo pernicioso de baixo crescimento e juros altos, com ainda mais danos àqueles que mais precisam, exatamente a camada dos desempregados e desalentados.

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10689>

# IDOSOS são os principais alvos de cartão de crédito consignado: "Dívida eterna"

Uma modalidade de crédito relativamente nova tem gerado muita dor de cabeça para **servidores públicos**, aposentados e pensionistas: o cartão de crédito consignado. Segundo o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que reúne dados de todos os Procons do país, em 2020, foram registradas 1.715 reclamações sobre essa modalidade. Já em 2021, esse número disparou para 2.175 reclamações até agora.

Na teoria, o cartão de crédito consignado funciona como um cartão comum, que permite fazer compras e realizar saques do limite disponível. Contudo, parte do valor da fatura é descontado diretamente da folha de pagamento ou do benefício do cliente.

E é aí que mora o perigo, como explica a advogada Daniela Vieira.

"Essas financeiras entram em contato com os servidores, aposentados ou pensionistas que estão sem margem para contratação de empréstimo consignado, ou seja, que já usaram os 30% que a lei permite de consignação, e oferecem esse cartão de crédito consignado. Essa abordagem, em geral, é feita de uma forma que confunde e induz o consumidor a aceitar o produto, sem explicar claramente, por exemplo, a forma de pagamento e as taxas de juros. O cliente, precisando de dinheiro, aceita, saca o limite do cartão e, todo mês, paga apenas o valor mínimo da fatura no contracheque.

O servidor pensa que está pagando a parcela do empréstimo quando, na verdade, está pagando apenas o mínimo da fatura, que vira uma bola de neve, juros sobre juros e se torna uma dívida eterna", afirma.

A servidora pública aposentada Maria Ramos foi vítima dessa ação mal intencionada. Ela conta que estava precisando de R\$3.700 e pediu um "empréstimo consignado". "Do valor que eu peguei, paguei R\$14 mil.

Passei 10 anos descontando esse empréstimo e nunca acabava o desconto no meu contracheque. Vinha os descontos, mas o valor não diminuía", lembra.

Quando tomou a iniciativa de buscar seus direitos,

Maria Ramos descobriu que, na verdade, o banco havia lhe concedido o valor através de um cartão de crédito consignado. Segundo a advogada Daniela Vieira, geralmente, o servidor ou beneficiário do **INSS** só percebe que está pagando muito além do contratado quando já têm passado pelo menos 60 meses - que é o período de contratação de um empréstimo consignado habitual.

"Quando chegam os 60 meses e o valor continua sendo descontado na folha de pagamento ou no benefício do cliente, ele procura o órgão em que é lotado ou o **INSS** para questionar o porquê e descobre o que realmente aconteceu", detalha.

A profissional orienta, por fim, que **servidores públicos**, aposentados e pensionistas fiquem atentos às ofertas de bancos e administradoras de cartões de crédito para evitarem transtornos desta natureza. "A legislação sobre esses cartões consignados é nova e precisa ser revisada para ficar mais clara, mais transparente, sobretudo para a pessoa que contrata o crédito. Enquanto isso, a orientação é que o servidor ou aposentado se cerque de toda informação possível e segura antes de autorizar a transação", conclui.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

# O meio ambiente e a proposta de reforma administrativa da PEC 32

*Isabele Meunier*

Encontra-se na Câmara Federal uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que abre caminho para algo tratado como "reforma administrativa", a ser completada por atos posteriores. A despeito de seus pretensamente virtuosos objetivos, declarados por seus autores e defensores, o que se desprende das análises das várias versões já apresentadas da PEC 32/2020 é a certeza de prejuízos para **servidores públicos** ativos e aposentados e ameaças concretas aos serviços públicos, reduzindo o papel do Estado em campos de atuação fundamentais à vida das pessoas, principalmente aquelas mais vulneráveis.

O que parece incomodar o atual governo e setores do inefável "mercado" é o compromisso constitucional com a garantia dos direitos sociais - direitos a saúde, educação, segurança, assistência social, previdência, proteção ao trabalho, à infância e ao transporte, por exemplo - uma promessa ainda não integralmente cumprida, na verdade. Ao mesmo tempo, há evidentes acenos de lucros para empresas que oferecem, como serviços privados, o que a Constituição protege como direitos

Apesar das ameaças à oferta dos serviços públicos, se vê pouca reação da sociedade, anestesiada por problemas cotidianos como **inflação**, desemprego e pandemia. Ademais, o papel dos serviços públicos na vida das pessoas é embaciado pela campanha antiga e permanente de desvalorização dos **servidores públicos** no Brasil.

Por outro lado, a crise ambiental se desenvolve, no Brasil, em um cenário de emergência climática global cada vez mais patente, agravada pela gestão desastrosa do governo federal. Desmatamentos de áreas protegidas, garimpo ilegal, queimadas e incêndios, secas cada vez mais graves, crises hídrica e energética, nuvens de poeira: É quase impossível a sociedade não perceber os riscos ambientais aos quais estamos sujeitos e, com isso, vemos cobranças crescentes de maior fiscalização, melhoria na gestão das unidades de conservação, urgência e eficiência no combate aos incêndios florestais, monitoramento e controle do desmatamento, proteção contra os efeitos dos extremos climáticos...

São todas essas ações necessárias, entre muitas

outras que deveriam fortalecer a política ambiental nacional, mas só se realizarão se o estado estiver apto a agir em defesa do bem comum e do direito ao meio ambiente equilibrado, com o serviço público, atuando de forma independente, capaz de reagir às pressões escusas, com corpo funcional com qualificação técnica e formação ética para atuar nas múltiplas frentes da política ambiental.

A PEC 32 pretende alcançar **servidores públicos** civis em todos os níveis da federação e, portanto, as consequências vão ser sentidas nos órgãos ambientais da União, estados, Distrito Federal e municípios. Como não há total clareza sobre o que define as chamadas carreiras típicas - ou exclusivas - de Estado e como isso se dará em estados e municípios, não é difícil imaginar que técnicos em meio ambiente não se incluam nessa categoria e, assim, possam ter suas jornadas de trabalho e de remuneração reduzidas.

A PEC também amplia as possibilidades de demissão de servidores, baseando-se em critérios vagos como avaliação dos "usuários" - e quem serão esses usuários, avaliadores dos trabalhos de analistas e fiscais ambientais? Além disso, a PEC permite a extinção de cargos considerados obsoletos e as contratações temporárias sem concursos, sem falar na privatização do patrimônio público.

Conhecer e cobrar do poder público o seu papel na defesa do meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida (palavras da Constituição Federal), exige posicionamento contra a PEC 32, cuja aprovação trará a fragilização das instituições de controle ambiental e a substituição de **servidores públicos** por trabalhadores temporários, a serviço de governos de plantão e não da coletividade.

É evidente que a preocupação de cada pessoa com o meio ambiente e com a qualidade de vida das presentes e futuras gerações precisa ter coerência com as suas opções políticas para ter alguma consequência prática. Mas, mais do que isso, é preciso estar atento às medidas e decisões que parecem ser relativas a uma dada categoria profissional ou determinado grupo social, mas que podem ter repercussões muito mais amplas, na nossa vida e de todo planeta. A PEC 32/2020, de cunho privatista e fiscalista, não busca a necessária eficácia



da ação estatal na proteção do meio ambiente nem o fortalecimento de instrumentos de controle, incentivo e informação da política ambiental. Ao contrário, fragiliza e diminui o estado e nos distancia, ainda mais, de um futuro sustentável.

--

Professora do Dep. de Engenharia Florestal da UFRPE e diretora da Aduferpe

**Site:**

***<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2021/10/o-meio-ambiente-e-a-proposta-de-reforma-administrativa-da-pec-32.html>***

# A nova e necessária PEC extrateto (Artigo)

**Nelson Barbosa** Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Voltamos ao surrealismo orçamentário, o período em que fiscalistas de planilha defendem a manutenção do atual teto de gastos, aquele limite oportunista criado pelo time **Temer** para seus sucessores, que na prática caiu em 2019, mas que ainda serve de pretexto para absurdos econômicos.

Começando pelo principal, está claro que o auxílio emergencial (AE) tem que ser prorrogado, como vários economistas defendiam desde sua primeira adoção, em meados de 2020.

A pobreza subiu, a economia corre risco de recessão e não há grande melhora no horizonte, antes de 2023. Nesta situação é preciso proteger a parcela mais vulnerável da população, expandindo o valor e período do AE até o final de 2022, com possível continuação em 2023, mediante aprovação do Congresso.

Há um ano, a oposição ao governo fez exatamente a proposta acima (PEC 36/2020 do Senado), mas nossa equipe de ideologia econômica ignorou o óbvio: que os efeitos econômicos da Covid durariam mais de um ano. Agora correm atrás do prejuízo para evitar o aprofundamento da crise.

Em segundo lugar, também é preciso recuperar o investimento público. Os números do primeiro semestre acabaram de sair e indicam, mais uma vez, que o gasto da União não cobre a depreciação da infraestrutura existente. O estoque de capital público está caindo e puxando, com ele, o emprego na construção civil e a produtividade da economia.

Qual é a solução? Autorizar que o governo realize investimento extrateto de gasto, em 2022 e 2023, em um valor limitado (sugiro até 1% do **PIB**, aproximadamente R\$ 90 bilhões por ano), com seleção e execução transparente dos projetos, na forma aprovada pelo Congresso. Sabe onde está essa ideia? Sim, na PEC 36/2020 do Senado, que nossa equipe de ideologia econômica ignorou.

Baseado no exemplo do que estão fazendo nos EUA, Europa, China e outros países, o investimento extrateto de até 1% do **PIB** por ano deve ir para um conceito ampliado de infraestrutura. Projetos tradicionais de infraestrutura econômica, sobretudo de desenvolvimento urbano, para gerar empregos nas

idades, junto com projetos de infraestrutura social (educação, saúde e segurança pública) e tecnológica (pesquisa, desenvolvimento e inovação).

Temos que mudar o foco. Em vez de cortar investimento na geração futura, temos que investir na geração futura, mesmo que seja com emissão de dívida no curto prazo. A experiência das medidas anticrise de 2020 provou, mais uma vez, que um impulso fiscal bem focado pode atenuar a recessão e acelerar a recuperação, gerando renda e **tributos** que pagam parte da emissão inicial de dívida.

A parte que não for coberta pelo crescimento da economia pode e deve ser financiada por aumento da tributação sobre os mais ricos, de modo gradual, para que todos tenham tempo para se adaptar à nova estrutura tributária. Canetadas para aumentar subitamente a arrecadação são um erro. Uma **reforma tributária** progressiva e gradual é o caminho possível e inevitável.

Tudo que escrevi acima é consenso fora do Brasil, até no FMI, mas aqui continuamos presos à hipótese improvável de que aumentar arrocho fiscal faz a economia crescer, aquela irresponsabilidade fiscal e social do time **Temer**, que atrasou a recuperação do **PIB** em 2017-19 e agora voltou a prejudicar o Brasil.

Como fazer a mudança? Via emenda na PEC dos precatórios que tramita no Congresso, incorporando a PEC 36/2020 do Senado, que também prevê nova regra de gasto de 2023 em diante. Solução existe, mas tem que abandonar o terraplanismo que nos governa desde 12 de maio de 2016.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49706>

# Governadores criticam mudança do ICMS

Em reunião ontem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), governadores de 12 estados criticaram a proposta de alteração da cobrança do ICMS dos combustíveis, aprovada pela Câmara dos Deputados. O texto, que será agora examinado pelos senadores, determina que as alíquotas do imposto sejam específicas, por unidade de medida adotada, definidas pelos estados para cada produto. Os governadores alegam que, por causa das alterações, terão perda de arrecadação que pode chegar a R\$ 32 bilhões.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou que a proposta não foi amplamente debatida e rebatido o diagnóstico de que o imposto seja causa do alto preço dos combustíveis. "A alteração no preço não pode ser creditada ao ICMS. Lá atrás, a gente tinha a alteração do câmbio, do preço do barril de petróleo, e não havia essa subida brusca da gasolina", observou. Dirigentes da Petrobras, por outro lado, afirmaram que não há perspectivas de redução dos preços dos combustíveis a curto prazo.

Para o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), a alteração na forma de tributação "vai gerar impacto bilionário nas contas dos estados", impactando os serviços públicos. "Queremos uma **reforma tributária** ampla, que é o caminho adequado. Só assim o país ganhará produtividade, pela redução de complexidade do nosso sistema tributário. Não podemos fazer remendos, postergando uma solução estrutural", completou o governador.

Depois do encontro, Pacheco afirmou que, na reunião, foi feito um apelo para que a Petrobras participe da discussão. O senador disse que a grande maioria dos governadores afirma que o problema dos preços elevados dos combustíveis está na política de preço da Petrobras, que segue as cotações internacionais em dólar. Uma possível solução, defendida por Wellington Dias, seria o estabelecimento do fundo de equalização.

O presidente do Senado disse, ainda, que todos os governadores defenderam a proposta de emenda à Constituição da **reforma tributária** ampla, que está sendo relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA). "Ficamos de evoluir e desdobrar essa primeira reunião, em outras reuniões ao longo da próxima semana, para amadurecer esses projetos e identificarmos qual o caminho que nós temos de consenso de convergência em relação a essa tributação dos combustíveis", afirmou Pacheco.

Alta continua

Em depoimento na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, o gerente-geral de Comercialização no Mercado Interno da Petrobras, Sandro Barreto, disse que ainda não há perspectiva para a estabilização dos preços dos combustíveis.

Ele explicou que existem pressões de aumento de consumo de petróleo com o inverno no Hemisfério Norte e com a aceleração da economia global a partir da melhoria dos números da pandemia de covid-19. O técnico informou que os países produtores de petróleo vêm aumentando a produção de derivados, mas não há como saber se o ponto de equilíbrio entre oferta e demanda está próximo. (FS)

# Pacheco propõe nova mudança no ICMS

MARINA PAGNO [marina.pagno@gruporbs.com.br](mailto:marina.pagno@gruporbs.com.br)  
RBS BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, se reuniu ontem com governadores na tentativa de encontrar um meio-termo para o projeto de lei que altera o cálculo do ICMS sobre o preço dos combustíveis. A proposta já passou pela Câmara e determina que a taxa do imposto seja calculada em cima do valor médio dos combustíveis dos últimos dois anos (2019 e 2020).

O método vem gerando reclamação de governadores e prefeitos, que alegam que Estados e municípios irão perder recursos com a alteração. Atualmente, a alíquota do imposto é definida com base no preço médio dos combustíveis nos últimos 15 dias. Ou seja, é mais maleável e compatível com a realidade atual, e não fixa, como propuseram os deputados.

No encontro, o presidente do Fórum Nacional dos Governadores e governador do Piauí, Wellington Dias, novamente defendeu a criação de um fundo com ações de estatais. Em momentos de alta no preço dos combustíveis, o governo retiraria recursos desse fundo com o objetivo de conter as oscilações do dólar e do valor do barril do petróleo no mercado internacional.

Diálogo Aos governadores, Pacheco afirma que gostaria de abrir um diálogo com a Petrobras para discutir o papel da estatal no processo e a atual política de preços. Como alternativa, o presidente do Senado sugeriu alterar os anos de referência para cálculo do ICMS, o que modificaria o texto aprovado pela Câmara. A ideia de Pacheco é "taxai" o imposto em cima do valor médio dos combustíveis nos anos 2020 e 2021 o que, segundo ele, causaria "impacto mais leve" na arrecadação dos Estados.

Governadores também lembraram da PEC da **reforma tributária**, que poderia alterar a tributação dos combustíveis com a união do ICMS e do ISS, hoje de competência de Estados e municípios, respectivamente. A matéria tramita no Senado e tem o apoio de Pacheco.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211022#page/1>

# Auxílio Brasil: ministro diz que governo usará R\$ 30 bi fora do teto

No que depender da equipe econômica, o Auxílio Brasil, programa que pretende substituir o Bolsa Família e pagará um benefício de R\$ 400, poderá ser financiado com cerca de R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em participação virtual num evento de entidade da construção civil, ele confirmou parte do pagamento do benefício fora da regra fiscal e disse que o movimento não seria necessário se o Senado tivesse aprovado a reforma do Imposto de Renda.

Na avaliação do ministro, o benefício de R\$ 400 é temporário e necessário para atender às famílias mais pobres, afetadas pela **inflação**. Segundo ele, o governo deve pedir um "waiver" (perdão temporário) do teto de gastos para tornar viável o novo programa social.

"Como nós queremos essa camada de proteção para os mais frágeis, nós pediríamos que isso viesse como um waiver, para atenuar o impacto socioeconômico da pandemia. Estamos ainda finalizando, vendo se conseguimos compatibilizar isso", declarou Guedes. Apenas perto do fim do evento, ele informou que esse waiver teria "um número limitado, de pouco mais de R\$ 30 bilhões".

O ministro informou que a equipe econômica também estudou pedir ao Congresso a antecipação da revisão do teto de gastos, previsto para 2026. Ele não deixou claro se a possibilidade foi descartada. Apesar de admitir intenção de flexibilizar a regra fiscal, Guedes disse que o governo continua comprometido a buscar o reequilíbrio das contas públicas. "O compromisso fiscal continua. Estávamos estudando se faríamos uma sincronização de despesas, que são salários que seguem um índice, e o teto de gastos, que segue outro índice. Seria uma antecipação da revisão do teto de gastos, que está para 2026", explicou.

A emenda constitucional que criou o teto de gastos limita o crescimento dos gastos federais à correção do limite do ano anterior pela **inflação** oficial pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Pelo texto, o índice de correção só seria revisado em 2026, dez anos após a instituição do teto. Guedes disse que a posição da Economia para fontes permanentes já foi dada. "PEC dos Precatórios mais reforma do IR [Imposto de Renda] daria um bolsa

família permanente de um certo nível". Sobre o IR, Guedes se refere à taxa de distribuição de lucros e dividendos, incluída na segunda fase **Reforma Tributária** concebida pelo Ministério da Economia, que não avançou no Senado, embora tenha sido aprovada na Câmara. A solução passaria também pela proposta de emenda à Constituição (PEC) que parcela o pagamento de precatórios (dívidas reconhecidas definitivamente pela Justiça).

**Site:**

[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_15\\_edi\\_o\\_3300](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edi_o_3300)

# Disciplina para o crescimento (Artigo)

**Maurício Takahashi** Professor de finanças e métodos quantitativos

O risco hídrico, a tendência de alta inflação e as questões fiscais estão na agenda dos desafios da economia brasileira que seguiu em recuperação no segundo trimestre. As projeções de crescimento estão em 5,1% para 2021, impulsionado por um primeiro semestre de forte expansão com aceleração mais moderada depois disso. A inflação estimada está em 6,4% para 2021, acima da meta de 3,75%.

No último relatório de inflação, o Banco Central apresentou disposição de agir para que as expectativas de inflação convirjam para a meta de 3,5% para 2022, quando apresentou medidas impopulares como cessar com o estímulo monetário, em que pese a alta taxa de desemprego e um ciclo de aumentos da taxa básica de juros. Essa está projetada em 6,5% a.a., em um nível considerado neutro, em que a desaceleração e o estímulo ficam equilibrados. As preocupações fiscais ficaram adiadas pela constatação de declínio relativo na dívida pública, mas ainda carecem de medidas concretas para restaurar o superávit primário do orçamento.

A falta de água pode acelerar a inflação visto que a alternativa de energia térmica é mais cara. Visto ser um insumo chave, o racionamento de energia é um cenário a ser considerado. Ainda sobre a depreciação do poder de compra, o aumento nos preços das commodities e a questão cambial são fatores que atingem o núcleo da inflação.

É essencial que o governo sinalize uma redução permanente e sustentável nas despesas para cumprir o limite máximo de gastos e uma fonte consistente de arrecadação, visto que a segunda etapa da reforma tributária tem como objetivo ser neutra em relação à receita, ou seja, um plano robusto para entregar um superávit primário perene antes do ciclo eleitoral de 2022. Portanto, a consistência e a obediência aos fundamentos são fatores-chave ao crescimento da atividade econômica, ao adequado nível das taxas de juros e à estabilidade da moeda.

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Veja 5 efeitos que driblar o teto de gastos para criar o Auxílio Brasil pode causar

## O Globo

A decisão do governo de contornar o teto de gastos para criar o Auxílio Brasil levou à demissão de parte da equipe de Paulo Guedes Foto: Hoana Gonçalves / Agência O Globo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro decidiu destinar R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos para ampliar o valor pago atualmente no Bolsa Família no novo Auxílio Brasil e deve contar com a ajuda do Congresso na aprovação da PEC dos precatórios com alterações nas regras do teto de gastos.

Ainda que o Legislativo consiga elevar o teto para acomodar os novos gastos do governo em 2022, ano em que o presidente pretende concorrer à reeleição, as mudanças nas regras fiscais terão repercussões em toda a economia, bem além da nova debandada de secretários do ministro Paulo Guedes.

Não há dúvidas de que o país precisa gastar mais com o combate à pobreza, mas para isso é preciso cortar outros gastos, como emendas parlamentares, despesas com funcionalismo e recursos para fundos partidários, entre outros

Veja a seguir cinco efeitos que podem ser causados pelas manobras para contornar o teto de gastos.

**Aumenta a desconfiança dos investidores.** Na foto, o ministro da Economia, Paulo Guedes. A Lei de 2017 manteve a expansão das despesas públicas limitada à **inflação**. Com sete anos de déficit público, mexer nessa âncora gera desconfiança no mercado. Investidores tendem a evitar alocar recursos em papéis e projetos no país com maior percepção de risco Foto: Washington Costa / Ministério da Economia

**Real se desvaloriza perante o dólar:** Com a incerteza sobre se o governo vai conseguir equilibrar as contas, investidores estrangeiros evitam o Brasil ou tiram seus investimentos daqui. Aumenta a demanda por dólar em busca de proteção, impulsionando cotação Foto: Arquivo

**Inflação sobe:** Com mais gastos públicos, aumenta a circulação de dinheiro na economia, um dos fatores que incentivam a **inflação**. Além disso, a alta do dólar bate direto na **inflação** ao tornar mais caros produtos

importados ou com preços negociados no exterior, como alimentos e combustíveis Foto: Luiza Moraes/Agência O Globo

**Juros sobem:** Com a **inflação** subindo, o Banco Central é obrigado a elevar ainda mais a taxa básica de juros, que atualmente está em 6,25%. Isso deixa o crédito mais caro para as famílias - do rotativo do cartão de crédito ao financiamento da casa própria - e para as empresas Foto: Daniel Marengo/ Agência O Globo

**Economia gera menos empregos:** Com a **inflação** corroendo renda e crédito mais caro, o consumo cai e as empresas investem menos em novos projetos para abrir mais vagas Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

Além de desorganizar as finanças públicas, especialistas apontam efeitos na **inflação**, no dólar, nos juros e no emprego, afetando a vida cotidiana dos brasileiros.

## 1 - Aumenta a desconfiança dos investidores

Fachada do Congresso Nacional, em Brasília Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

A lei de 2017 que criou o teto de gastos manteve a expansão das despesas públicas limitada à **inflação**. Com sete anos de déficit público, mexer nessa âncora gera desconfiança no mercado.

Investidores tendem a evitar alocar recursos em papéis e projetos no país com maior percepção de risco.

Como gasta mais do que arrecada, o governo precisa aumentar o volume de recursos que toma emprestado no mercado financeiro, que ficará mais cauteloso ou cobrará mais juros do Tesouro.

## 2 - Dólar sobe com incerteza fiscal

Real se desvaloriza perante o dólar: Com a incerteza sobre se o governo vai conseguir equilibrar as contas, investidores estrangeiros evitam o Brasil ou tiram seus investimentos daqui. Aumenta a demanda por dólar em busca de proteção, impulsionando cotação Foto: Arquivo

Com a incerteza sobre se o governo vai conseguir equilibrar as contas, investidores estrangeiros evitam o Brasil ou tiram seus investimentos daqui.

Na saída, trocam reais por dólar, aumentando a demanda pela moeda americana, dando impulso à disparada do câmbio que desvaloriza o real.

### 3 - A inflação ganha musculatura

**Inflação** sobe: Com mais gastos públicos, aumenta a circulação de dinheiro na economia, um dos fatores que incentivam a **inflação**. Além disso, a alta do dólar bate direto na **inflação** ao tornar mais caros produtos importados ou com preços negociados no exterior, como alimentos e combustíveis Foto: Luiza Moraes/Agência O Globo

Com mais gastos públicos, aumenta a circulação de dinheiro na economia, um dos fatores que incentivam a **inflação**.

Além disso, a alta do dólar bate direto na **inflação** ao tornar mais caros produtos importados ou com preços negociados no exterior, como alimentos, derivados de petróleo e outros. Da gasolina ao pão francês, eles sobem conforme a cotação da divisa aumenta.

### 4 - Juros ficam mais altos

Juros sobem: Com a **inflação** subindo, o Banco Central é obrigado a elevar ainda mais a taxa básica de juros, que atualmente está em 6,25%. Isso deixa o crédito mais caro para as famílias - do rotativo do cartão de crédito ao financiamento da casa própria - e para as empresas Foto: Daniel Marenco/ Agência O Globo

Com a **inflação** subindo, o Banco Central é obrigado a elevar ainda mais a taxa básica de juros, que atualmente está em 6,25%.

Analistas de mercado já falam em uma taxa perto de 10% entre o fim do ano e o início do ano que vem. Isso deixa o crédito mais caro para as famílias - do rotativo do cartão de crédito ao financiamento da casa própria - e para as empresas.

### 5 - Economia cresce menos e gera menos empregos

Economia gera menos empregos: Com a **inflação** corroendo renda e crédito mais caro, o consumo cai e as empresas investem menos em novos projetos para abrir mais vagas Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

Com a **inflação** corroendo salários e o crédito mais

caro, o consumo das famílias cai. Nesse contexto, fica mais difícil para empresas tomarem empréstimos para investir em novos projetos, o que impede a geração de novos empregos. O país tem hoje cerca de 14 milhões de desempregados.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, pediu demissão em outubro de 2021 logo após o governo anunciar a criação do Auxílio Emergencial com parte dos pagamentos fora do teto de gastos, algo que ele sempre se disse contra Foto: Washington Costa / Ascom/ME

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, pediu demissão em outubro de 2021 junto com o secretário especial Bruno Funchal, a quem sucedeu no cargo no mesmo ano Foto: Ailton de Freitas / 20-12-2013

Gildenora Batista Dantas Milhomem, secretária especial adjunta de Tesouro e Orçamento, também pediu exoneração de seu cargo junto com Funchal, em outubro de 2021, alegando razões pessoais, em meio à crise aberta pelo projeto do Auxílio Brasil com recursos fora do teto de gastos Foto: Ministério da Economia / Reprodução

O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Rafael Cavalcanti de Araujo, também pediu exoneração de seu cargo em outubro de 2021 após a debandada provocada pelo plano de financiar o programa social Auxílio Brasil fora do teto de gastos Foto: Hoana Gonçalves / Agência O Globo

Insatisfeito com o atraso no envio da reforma administrativa ao Congresso, Paulo Uebel deixou o cargo de Secretário especial de Desburocratização em agosto de 2020 Foto: Fátima Meira / Agência O Globo

Após a crise causada pela sanção do Orçamento de 2021, ministro da Economia, Paulo Guedes, decidiu tirar Waldery Rodrigues do cargo de secretário especial da Fazenda, em 27 de abril. O secretário informou que havia pedido para sair ainda em dezembro Foto: Ascom / Edu Andrade/ME

Na dança de cadeiras do Ministério da Economia, o secretário de Orçamento Federal, George Soares, também deixou o cargo. Foto: Agência Brasil

A advogada tributarista Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia voltada à **reforma tributária**, pediu demissão, mas não detalhou o motivo da saída Foto: Silvia Zamboni / Valor

Presidente do BB, André Brandão, entregou o cargo no dia 18 de março. Programa de reestruturação de Brandão desagradou ao presidente Bolsonaro Foto:



Marcelo Camargo / Agência Brasil

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, deixa o cargo no dia 20 de março, após desagradar a Bolsonaro com reajustes de combustíveis. Ele foi indicado por Guedes Foto: AFP

Sem conseguir tirar do papel várias privatizações, Salim Mattar pediu demissão do cargo de secretário de Desestatização do Ministério da Economia em agosto de 2020 Foto: Amanda Perobelli / Reuters

Rubem Novaes pediu demissão da presidência do Banco do Brasil em julho de 2020, após queixas sobre pressão política sobre o banco, cuja privatização chegou a defender Foto: Claudio Belli / Valor/14-2-2019

Ex-ministro da Fazenda no governo Dilma, Joaquim Levy só ficou no cargo de presidente do BNDES até junho de 2019, após críticas públicas de Bolsonaro, que queria abrir a caixa preta do banco Foto: Marcos Corrêa / PR/13-06-2019

Nome forte das contas públicas e um dos criadores do teto de gastos, Mansueto Almeida deixou o comando do Tesouro Nacional e foi para o BTG Foto: Adriano Machado / Reuters

Marcos Cintra deixou a chefia da **Receita Federal** após insistir na defesa de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. Uma ideia fixa de Guedes Foto: Leo Pinheiro / Valor/2016

O economista Marcos Troyjo trocou o cargo de Secretário especial de Comércio Exterior pela presidência do New Development Bank, conhecido como o Banco dos Brics, por indicação do governo brasileiro Foto: Carlos Ivan / Agência O Globo 23-10-2012

Caio Megale deixou o cargo de diretor na Secretaria Especial de Fazenda em julho de 2020. Recentemente foi anunciado como novo economista-chefe da XP Investimentos Foto: Washington Costa / SEPEC/ME/15/01/2019

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/veja-5-efeitos-que-driblar-teto-de-gastos-para-criar-auxilio-brasil-pode-causar-25246672>**

# Guedes conseguiu adiar debandada de secretários, mas foi vencido pelo Planalto

**Naira Trindade e Jussara Soares**

Crise de debandada no Ministério da Economia aumenta isolamento de Guedes no governo Foto: Washington Costa / Ministério da Economia

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, tentava desde terça-feira reverter o pedido de demissão dos secretários do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, e do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, de seus cargos. Os pedidos de saída do governo foram comunicadas no mesmo dia que o presidente Jair Bolsonaro decidiu fazer o anúncio oficial do lançamento do Auxílio Brasil no Palácio do Planalto.

A ameaça de debandada dos técnicos adiou o anúncio do programa, mas não evitou que o governo levasse adiante o desejo de fazer uma manobra para reajustar o benefício social.

Guedes tem reclamado a aliados de estar com dificuldade em controlar os gastos e está cada vez mais isolado no governo. Ele tem repetido com exaustão sua preocupação em furar o teto de gastos. Formulou então uma nova narrativa para justificar o aumento.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, pediu demissão em outubro de 2021 logo após o governo anunciar a criação do Auxílio Emergencial com parte dos pagamentos fora do teto de gastos, algo que ele sempre se disse contra Foto: Washington Costa / Ascom/ME

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, pediu demissão em outubro de 2021 junto com o secretário especial Bruno Funchal, a quem sucedeu no cargo no mesmo ano Foto: Aílton de Freitas / 20-12-2013

Gildenora Batista Dantas Milhomem, secretária especial adjunta de Tesouro e Orçamento, também pediu exoneração de seu cargo junto com Funchal, em outubro de 2021, alegando razões pessoais, em meio à crise aberta pelo projeto do Auxílio Brasil com recursos fora do teto de gastos Foto: Ministério da Economia / Reprodução

O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Rafael

Cavalcanti de Araujo, também pediu exoneração de seu cargo em outubro de 2021 após a debandada provocada pelo plano de financiar o programa social Auxílio Brasil fora do teto de gastos Foto: Hoana Gonçalves / Agência O Globo

Insatisfeito com o atraso no envio da reforma administrativa ao Congresso, Paulo Uebel deixou o cargo de Secretário especial de Desburocratização em agosto de 2020 Foto: Fátima Meira / Agência O Globo

Após a crise causada pela sanção do Orçamento de 2021, ministro da Economia, Paulo Guedes, decidiu tirar Waldery Rodrigues do cargo de secretário especial da Fazenda, em 27 de abril. O secretário informou que havia pedido para sair ainda em dezembro Foto: Ascom / Edu Andrade/ME

Na dança de cadeiras do Ministério da Economia, o secretário de Orçamento Federal, George Soares, também deixou o cargo. Foto: Agência Brasil

A advogada tributarista Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia voltada à **reforma tributária**, pediu demissão, mas não detalhou o motivo da saída Foto: Silvia Zamboni / Valor

Presidente do BB, André Brandão, entregou o cargo no dia 18 de março. Programa de reestruturação de Brandão desagradou ao presidente Bolsonaro Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, deixa o cargo no dia 20 de março, após desagradar a Bolsonaro com reajustes de combustíveis. Ele foi indicado por Guedes Foto: AFP

Sem conseguir tirar do papel várias privatizações, Salim Mattar pediu demissão do cargo de secretário de Desestatização do Ministério da Economia em agosto de 2020 Foto: Amanda Perobelli / Reuters

Rubem Novaes pediu demissão da presidência do Banco do Brasil em julho de 2020, após queixas sobre pressão política sobre o banco, cuja privatização chegou a defender Foto: Claudio Belli / Valor/14-2-2019

Ex-ministro da Fazenda no governo Dilma, Joaquim Levy só ficou no cargo de presidente do BNDES até

junho de 2019, após críticas públicas de Bolsonaro, que queria abrir a caixa preta do banco Foto: Marcos Corrêa / PR/13-06-2019

Nome forte das contas públicas e um dos criadores do teto de gastos, Mansueto Almeida deixou o comando do Tesouro Nacional e foi para o BTG Foto: Adriano Machado / Reuters

Marcos Cintra deixou a chefia da **Receita Federal** após insistir na defesa de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. Uma ideia fixa de Guedes Foto: Leo Pinheiro / Valor/2016

O economista Marcos Troyjo trocou o cargo de Secretário especial de Comércio Exterior pela presidência do New Development Bank, conhecido como o Banco dos Brics, por indicação do governo brasileiro Foto: Carlos Ivan / Agência O Globo 23-10-2012

Caio Megale deixou o cargo de diretor na Secretaria Especial de Fazenda em julho de 2020. Recentemente foi anunciado como novo economista-chefe da XP Investimentos Foto: Washington Costa / SEPEC/ME/15/01/2019

No mesmo dia que pediu um waiver , uma licença temporária para gastar além do limite , o presidente Jair Bolsonaro declarou que "ninguém furaria o teto de gastos", ninguém faria "estripulias no orçamento" para aumentar o Auxílio Brasil para R\$ 400, R\$ 100 a mais do que estava em discussão meses atrás.

Apesar do pedido de demissão de quatro integrantes do Ministério da Economia acentuar a turbulência causada pela ameaça de furar o teto de gastos para bancar o novo Auxílio Brasil de R\$ 400, integrantes do Palácio do Planalto asseguram que o ministro Paulo Guedes não vai deixar o cargo.

A permanência do ministro , porém, está longe de significar o fim da queda de braço entre a área econômica e a ala política.

Em tom de ironia, auxiliares do Palácio do Planalto costumam dizer que há o governo Bolsonaro e o governo Guedes. O ministro é criticado por, diversas vezes, colidir publicamente com os interesses do próprio presidente que mira a reeleição em 2022.

O programa que substituirá o Bolsa Família é considerado essencial para a recuperação da popularidade de Bolsonaro.

A relativização do teto de gastos , regra que limita o crescimento das contas públicas, já era debatido no

Planalto desde o início do ano, mas o ministro e sua equipe resistiram até nesta semana.

A avaliação de auxiliares diretos de Bolsonaro é que o mercado já teria absorvido o impacto e, portanto, o governo já teria em mãos uma solução para financiar o programa social.

Integrantes do governo admitem, porém, que saída dos secretários expõe a fragilidade de Bolsonaro. A avaliação é que se o governo estivesse em um momento de popularidade alta, as mesmas medidas seriam tomadas sem que ninguém precisasse deixar o governo.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/guedes-conseguiu-adiar-debandada-de-secretarios-mas-foi-vencido-pelo-planalto-25246656>**

# A saga e os riscos dos precatórios (Artigo)

**Maílson da Nóbrega**

Precatórios são ordens de pagamento originárias de sentenças judiciais definitivas. Tratase de direitos líquidos e certos.

Representam uma indenização por erros do governo no cálculo de desapropriações, transferências de recursos a Estados e municípios, benefícios previdenciários e remuneração de pessoal, e em intervenções do Estado na economia.

Embora tenham o mesmo status dos títulos públicos (o Tesouro é o mesmo devedor), os precatórios são créditos de segunda classe para muitos, inclusive para o Legislativo. A Constituição incorpora essa visão. Pelo seu artigo 100, § 20, se houver precatório superior a 15% do montante orçado para esse tipo de despesa, 15% do seu valor será pago no exercício seguinte. O restante, nos cinco anos subsequentes.

Nesta linha, o governo tem proposto emendas constitucionais para parcelar os precatórios.

Calote inequívoco.

Também são comuns os erros conceituais. Há quem equipare os precatórios à dívida da União, mas eles são despesas primárias como outros gastos. Quando o governo compra e recebe um bem ou serviço, realiza uma despesa.

Se não pagar, vira dívida. Assim, precatórios são dívida apenas se a obrigação não for paga.

O governo se surpreendeu com o valor dos precatórios no Orçamento de 2022, no valor de R\$ 89,1 bilhões. Não deveria, pois a Advocacia-Geral da União (AGU) defende o Tesouro nos respectivos processos, informando regularmente o Ministério da Economia à medida que as sentenças são prolatadas. Mesmo assim, o governo propôs (PEC 23) o parcelamento dos precatórios em dez prestações anuais. Ocorre que o crescimento exponencial desses gastos não decorreu de um meteoro, mas de ganhos de eficiência dos tribunais, por três razões: digitalização dos processos, plenários virtuais e modernização do Código de Processo Civil.

O relator da PEC 23, deputado Hugo Motta (Republicanos- PB), conseguiu piorar a proposta. Seu substitutivo prevê que o Orçamento de 2022 inclua apenas o valor dos precatórios de 2016, atualizados

pelo mesmo método de ajuste do teto de gastos à **inflação**. Isso equivale a R\$ 40,5 bilhões. Os remanescentes R\$ 48,6 bilhões seriam transferidos para 2023, e assim sucessivamente. Hipólito Gadelha Remígio, consultor do Senado, estima que essa bola de neve - uma moratória sem prazo definido - alcançará, em 20 anos, R\$ 5 trilhões.

Pior, não seriam inscritos precatórios que excedessem os citados R\$ 40,5 bilhões, obrigando o Judiciário a "esconder" parte de suas próprias sentenças.

Essa contabilidade criativa impediria a documentação de parcela das obrigações, violando direito dos credores.

Ademais, se o Congresso aprovar a proposta, criaria um sério risco para o teto de gastos.

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode decidir que a emenda resultante da PEC 23 é inconstitucional. Emendas semelhantes (de números 30 e 62) tiveram o mesmo veredicto.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anunciou que apresentará ação com esse objetivo. Se essa decisão for tomada em 2022, a União será obrigada a incluir uma dotação adicional de R\$ 48,6 bilhões no Orçamento. Ocorre que o espaço gerado pelo calote terá sido preenchido com despesas adicionais do novo Bolsa Família e outras. Não será possível absorver o impacto sem a ruptura do teto de gastos. Um problemão.

O custo dessa ruptura seria enorme. Haveria piora do já grave desequilíbrio macroeconômico, o que afetaria a confiança no País e nos colocaria em rota de dominância fiscal, aquela em que o Banco Central perde a capacidade de preservar a estabilidade da moeda. A **inflação** ficaria incontrolável.

Se os autores do teto de gastos imaginassem os impactos dos ganhos futuros de eficiência do Judiciário, teriam dado aos precatórios o mesmo tratamento conferido às despesas de difícil previsão, como as da Justiça Eleitoral, das transferências aos Estados e municípios e da capitalização de empresas estatais. O secretário do Tesouro da época e participante dos respectivos estudos, Mansueto Almeida, disse recentemente que foi um erro incluir os precatórios no teto.

O vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo

Ramos (PL-AM), apresentou uma PEC pela qual os precatórios seriam excluídos daquele limite.

É uma saída razoável. Poder-se-ia estabelecer um prazo para a vigência da exclusão, digamos três anos, durante os quais se promoveria um amplo debate sobre o teto e se indicariam medidas para viabilizá-lo. Fabio Giambiagi tem proposta nessa área. Outra poderia ser a revogação das emendas do relator-geral do Orçamento. Trata-se de uma excrescência institucional pela qual se distribuem recursos sem a transparência e a prudência das emendas normais.

Um parlamentar tem o poder de executar o Orçamento.

Uma jabuticaba.

Sabia-se que o teto só seria viável com reformas para reduzir a rigidez da despesa e restabelecer a capacidade de gestão fiscal. As autoridades teriam incentivos para agir, o que não aconteceu. A exclusão temporária dos precatórios poderia associar-se à busca de uma saída definitiva.

Excluí-los do teto de gastos é uma saída razoável. Outra poderia ser o fim das emendas do relator, uma excrescência

EX-MINISTRO DA FAZENDA, É SÓCIO DA  
TENDÊNCIAS CONSULTORIA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mudança do teto de gastos abre espaço de R\$ 83,6 bi no Orçamento

A mudança no teto de gastos vai abrir um espaço de R\$ 83,6 bilhões para despesas adicionais do governo em 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro buscará a reeleição. O acordo foi fechado na manhã de ontem, após dias de embates entre as equipes para viabilizar o pagamento de R\$ 400 aos beneficiários do Auxílio Brasil.

Verba carimbada Recursos adicionais serão usados para turbinar Auxílio Brasil e pagar emendas parlamentares

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Incorporada ao texto da PEC dos precatórios colocada em discussão na comissão especial na Câmara no mesmo dia, a proposta muda a fórmula do teto, que hoje é corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho do ano anterior ao de sua vigência. A ideia é adotar a correção da **inflação** de janeiro a dezembro.

Deputados da oposição disseram ter tido acesso ao texto apenas 15 minutos antes da sessão, e fizeram apelos para que a votação da PEC fosse adiada para semana que vem, mas não tiveram sucesso. "Não podemos fazer uma votação às cegas", disse a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). No final, a PEC foi aprovada por 23 votos a 11, e segue agora para ser votada no plenário da Câmara.

Só a troca na correção do teto vai gerar uma folga extra de R\$ 40 bilhões, pois a mudança será aplicada desde o início da regra - criada em 2016, e que passou a valer no ano seguinte. Aliada à limitação do pagamento de precatórios (dívidas judiciais), que já era uma medida apresentada pela equipe econômica ao Congresso, o espaço total em 2022 ficará em R\$ 83,6 bilhões.

É esse espaço que Bolsonaro terá para acomodar os R\$ 51,1 bilhões de gastos adicionais com as mudanças no Auxílio Brasil (reajuste permanente de 20% mais a parcela temporária para chegar aos R\$ 400), e também gastos com emendas parlamentares, preciosas para congressistas que também buscarão novo mandato em 2022.

A mudança de correção entrou na mesa de negociação diante da preocupação da alta política do governo com a narrativa de furo no teto de gastos, da qual o governo queria se descolar. Na quarta-feira, no Ceará, após confirmar o pagamento dos R\$ 400, Bolsonaro chegou a dizer que não haveria furo no teto. "Ninguém vai furar teto, ninguém vai fazer nenhuma estripulia no Orçamento", disse.

# Mexida no teto afeta mercados e põe política fiscal em xeque

**VINICIUS NEDER RIO COLABORARAM FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, MARIANNA GUALTER, HELOÍSA SCOGNAMIGLIO, CÍCERO COTRIM E GUILHERME BIANCHINI)**

O "pacote de bondades" concebido pelo governo de olho no projeto de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, com Auxílio Brasil a R\$ 400 ao preço da incerteza fiscal, disseminou pânico no mercado, ontem.

Após o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarar publicamente que o governo precisava de uma "licença para gastar" acima do teto de gastos, o Ibovespa, principal índice de ações do mercado nacional, despencou 2,75%, aos 107.735,01 pontos - no menor valor desde 20 de novembro.

No câmbio, o dólar avançou 1,92%, cotado a R\$ 5,6676 - maior valor desde 14 de abril.

Desde a revelação, na noite de segunda-feira, de que avançava uma proposta de driblar a regra fiscal que limita o avanço das despesas à **inflação**, as cotações das ações de empresas na Bolsa brasileira (B3) derreteram, com R\$ 251,6 bilhões a menos em valor de mercado nas companhias incluídas no Ibovespa (comparando o valor de mercado no fechamento de segunda e de ontem), o dólar saltou e os juros de mercado subiram.

O objetivo do governo com a proposta é turbinar o Bolsa Família - sob o novo nome de Auxílio Brasil - em busca da reeleição de em 2022.

O risco de piora nas contas do governo já estava no radar de investidores e economistas, mas a reação foi forte. Nos três últimos pregões, o Ibovespa acumulou tombo de 5,85%.

Tamanho reação se deve ao fato de que os sinais dados pelo governo apontam não para um ajuste ou aperfeiçoamento no teto de gastos, mas sim para formas de "burlar" a regra fiscal, com a mudança na forma de calcular a atualização pela **inflação**, segundo economistas.

"É um truque para você não romper o teto, teoricamente, mas, de fato, o mais importante aqui é o direcionamento.

A sinalização é: o governo vai gastar mais", disse Flávio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos. Isso atinge em cheio a credibilidade do teto, da qual depende o sucesso da regra como "âncora fiscal".

O IMPACTO. Ao acreditar no cumprimento da regra, investidores do mercado financeiro percebiam menos riscos associados ao governo. Com isso, cobram menos juros nos títulos públicos. Estrangeiros investem mais, trazendo mais dólares para o País, aliviando a taxa de câmbio.

"O teto foi uma maneira suave de criar credibilidade fiscal.

Em vez de dizer que ia cortar os gastos, o governo disse que iria parar de subir os gastos", disse Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Para Castelar, a sinalização do teto permitiu que a taxa básica de juros (a Selic, hoje em 6,25% ao ano) e todo o custo de crédito caísse aos níveis mínimos da história. Com isso, empresas encontraram mais facilidade para tomar crédito, emitir ações no mercado ou lançar títulos de dívida, levantando mais recursos para operar e investir. Agora, as declarações de anteontem de Paulo Guedes sinalizaram que a área econômica do governo perdeu de vez o "cabo de guerra" com a área política, em torno da elevação de gastos em 2022, completou Castelar.

Diante dos sinais de ruptura do teto de gastos, economistas revisaram para cima suas projeções sobre até que nível o Banco Central (BC) subirá a Selic. Foi o caso das equipes da consultoria LCA Consultores e do banco Safra. Outros passaram a prever aceleração no ritmo de alta dos juros, como os bancos de investimento JPMorgan e ASA Investments: 29% de 51 estimativas captadas em levantamento do Projeções Broadcast apostam em alta de 1,25 ponto, a ser anunciada semana que vem, ante os aumentos recentes de 1,0 ponto.

O economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale, já esperava que a regra do teto enfrentaria dificuldades para ser cumprida, porque é inflexível, mesmo diante de crises, como a causada

pela covid-19. Além disso, o economista cita uma maior afinação das áreas política e econômica no governo **Temer**, com apoio às reformas, para explicar os juros baixos até a chegada da pandemia. "Uma regra mais flexível talvez pudesse acomodar mais gastos sem repercussão negativa no mercado, mas não dá para burlar ou reconstruir a regra ao desejo do presidente de ocasião", afirmou o economista.

Agora, Vale vê até o risco de "dominância fiscal", a situação em que as contas públicas ficam tão desorganizadas que os juros deixam de fazer efeito sobre a **inflação** - já que a desorganização leva a uma dívida pública muito elevada, a alta de juros amplia o gasto com juros que, num ciclo vicioso, aumenta ainda mais o rombo nas contas, leva a novas altas do dólar e gera mais **inflação**.

Mesmo que a **inflação** não saia do controle, o sinal para 2022 é de crescimento econômico em baixa, dificuldade de gerar empregos e baixar o desemprego, dólar em alta, preços em alta e, conseqüentemente, juros mais altos. As eleições gerais trazem mais incertezas, já que os sinais dados até agora pelo ex-presidente Lula, líder nas pesquisas de opinião para 2022, também apontam para desequilíbrio nas contas do governo, lembraram Vale e Castelar.

"É um truque para você não romper o teto, teoricamente, mas a sinalização é: o governo vai gastar mais." Flávio Serrano Economista-chefe da Greenbay

"O teto foi uma maneira suave de criar credibilidade fiscal. Em vez de dizer que ia cortar gastos, o governo disse que iria parar de subir os gastos." Armando Castelar Pesquisador da Ibre/FGV

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# É possível reforço sem furar teto de gastos?

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

A decisão do presidente Jair Bolsonaro e das lideranças do Centrão de fazer o novo programa social com valor de R\$ 400 despertou ameaça ao teto de gastos, debandada na equipe econômica e abalo no mercado financeiro. O Estadão perguntou a especialistas e observadores desse processo com diferentes posicionamentos qual seria a saída.

"Vivemos uma brutalidade voraz no orçamento secreto e agora também na erosão das regras fiscais", disse a procuradora de Contas de São Paulo, Élide Graziane. Os economistas Felipe Salto, Daniel Couri e Vilma Pinto, diretores da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, apontaram dados que mostram que esse caminho de fazer o Auxílio Brasil dentro das regras era possível se não fosse o populismo.

O economista Guilherme Tinoco alerta que o caminho supostamente mais fácil não vem sem consequências. Com a visão do lado social, o presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Leandro Ferreira, diz que proteção social não combina com a improvisação.

O que dizem os especialistas

**FELIPE SALTO, DANIEL COURI E VILMA PINTO**  
Diretores da IFI

A IFI mostrou que é possível aumentar os gastos sociais sem irresponsabilidade fiscal.

Mas falta disposição para tomar as medidas corretas. O governo pretende mudar o teto de gastos. Mas, se o Bolsa Família passar dos atuais R\$ 190 ao mês para R\$ 250, com 16,3 milhões de famílias, o gasto ficaria em R\$ 46 bilhões em 2022. O Orçamento prevê R\$ 34,7 bilhões. Portanto, o teto seria cumprido com redução das despesas discricionárias em cerca de R\$ 10 bilhões.

Não haveria espaço para emendas de relator-geral, daí a proposta de waiver, nome bonito para furo no teto.

É consistente ampliar o Bolsa Família sob o teto. Cortes em gastos menos urgentes fechariam a equação. A contabilização correta dos precatórios do Fundef entraria com mais R\$ 16 bilhões.

Governos preferem gastar hoje e ajustar depois. Nada novo aqui. As regras fiscais existem justamente para

proteger o futuro do vício imediatista.

Quando responsabilidade fiscal e social não andam de mãos dadas, há risco de populismo.

Quem paga a conta é o pobre e o desempregado, porque não há crescimento sem estabilidade política e respeito às regras do jogo.

**GUILHERME TINOCO** Especialista em contas públicas

Se confirmadas essas alterações, poderemos afirmar, infelizmente, que o teto terá acabado.

Os artifícios que estão sendo anunciados (gasto por fora do teto, "waivers", calote nos precatórios) são muito graves e minarão para sempre a credibilidade da regra.

Depois disso, qual o incentivo do próximo presidente para voltar a cumprir a regra original em 2023? Nenhum.

O governo poderia, sim, ter criado condições para viabilizar o necessário reforço dos programas sociais: na verdade, teve até bastante tempo pra isso. Essa discussão dura há meses e, neste período, poderíamos ter feito a revisão de gastos obrigatórios, de subsídios, das emendas de relator. Não fizemos. Contudo, este caminho supostamente mais fácil não vem sem consequências, que serão muito negativas em todos os prazos.

No curto, teremos aumento no risco país e nos juros, desvalorização do câmbio, maior **inflação** e gasto com juros. No médio e no longo, teremos um país mais pobre, mais desorganizado institucionalmente e que, na melhor das hipóteses, passará anos tentando reconstruir a sua credibilidade perdida.

**ÉLIDA GRAZIANE PINTO** Professora da FGV-SP e procuradora de contas de São Paulo

Não é justo atribuir ao programa Auxílio Brasil a responsabilidade pela perda de credibilidade do teto global de despesas primárias. O teto vintenário chega a cinco anos de vigência em 2021, com impasses que foram se acumulando desde sua criação.

Enquanto foram congelados os pisos em saúde e educação, houve a controversa capitalização de empresas militares, a persistência da cessão de

margem fiscal do Executivo para os outros poderes e órgãos para além do prazo definido inicialmente e o uso de créditos extraordinários para pagar despesas previsíveis no segundo ano da pandemia.

O teto constrangeu o custeio de políticas públicas amplas, mas não conseguiu conter o trato balcanizado das emendas do Orçamento Secreto, tampouco enfrentou as renúncias fiscais.

Nesse sentido, não devemos **temer** a revisão do teto, até porque ele já foi excetuado em relação à repartição federativa dos recursos da cessão onerosa do pré-sal e à ampliação da complementação federal ao Fundeb (Emendas 102/2019 e 108/2020), assim como foi alterado o critério de acionamento dos gatilhos pela EC 109/2021.

LEANDRO FERREIRA Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica

Para funcionar bem, os mercados requerem estabilidade.

Regras claras, previsibilidade e transparência são bem-vindas e ajudam no desenvolvimento. Para os mais pobres, isso também é verdade, mas assistimos atônitos ao espetáculo da pobreza a cada episódio comovente de fome. Proteção social não combina com improvisação.

A necessidade de termos ampliações dos programas de garantia de renda está colocada desde o início da pandemia. O teto de gastos, as isenções tributárias regressivas e mesmo o escândalo das emendas parlamentares não servirão a ninguém, se deixarmos para trás milhões de famílias destituídas de renda.

Mais que possível, é preciso chegar a níveis de cobertura e valores de benefícios mais próximos do auxílio emergencial que do Bolsa Família, sem deixar de lado os aspectos positivos que este último comprovadamente tem. Faltam planejamento e compromisso político para que as regras fiscais e tributárias funcionem tendo a dignidade humana como prioridade. Está na hora de revê-las com este foco.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Comissão aprova texto-base de PEC

A comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou, por 23 votos contra 11, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita o pagamento de precatórios, permitindo descontos e reajuste pela taxa Selic. Os deputados ainda precisam votar oito destaques.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) à PEC 23/21, do Poder Executivo. Além das mudanças no pagamento de precatórios, o substitutivo muda o cálculo de reajuste do teto de gastos e permite contornar a regra de ouro por meio da lei orçamentária.

O relator calcula que o novo modelo de pagamento de precatórios deve permitir uma folga de quase R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões no Orçamento do ano que vem.

Dos recursos gerados pela PEC, R\$ 24 bilhões devem ser usados para o reajuste de despesas da União indexadas pela **inflação**. Hugo Motta observou que o texto também será fundamental para garantir o pagamento do Auxílio Brasil, com a previsão de R\$ 400 para atender 17 milhões de famílias no ano que vem. A proposta ainda deve garantir R\$ 11 bilhões para compra de vacinas em 2022.

O pagamento de precatórios, estimado em R\$ 54,7 bilhões neste ano, pode subir para R\$ 89,1 bilhões no ano que vem caso a PEC não seja aprovada pelo Congresso. A proposta ainda deve ser votada em dois turnos pelo Plenário da Câmara antes de seguir para o Senado.

Deputados contrários à PEC afirmam que a proposta é eleitoreira, além de significar um calote no pagamento de dívidas do governo, desequilibrar as contas públicas e desviar recursos que seriam destinados à educação. A oposição fez várias manobras para obstruir e adiar a votação, argumentando que o relator fez modificações no substitutivo momentos antes da reunião e no mesmo dia houve pedido de exoneração de quatro secretários do Ministério da Economia.

O relator rebateu as acusações. "Não estamos tirando direito de ninguém. Não temos o interesse de prejudicar direitos adquiridos com decisões consolidadas que o Judiciário definiu", defendeu.

O substitutivo limita o pagamento de precatórios ao valor pago em 2016 (R\$ 30,3 bilhões), reajustado pelo IP-CA. A estimativa é que o teto seje de quase R\$40

bilhões no ano que vem. Ficarão de fora deste limite o pagamento de requisições de pequeno valor para o mesmo exercício, de até R\$ 600 mil, que terão prioridade no pagamento.

**Site:**

[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_3382AB8E0CA2A24E0CA53C7B52E8D90ED3EE8A31ABC480C24C13418F0C37E135EFCAD5459E4F24FF62E9E394CD45B995FE67A90983640A4C5527B2D22DC0470749C24568FFBD13B3C5E1535767D7C19B4F644A5DC729874BD85DC4DC53B468F7FC594754666A8553B12EA35598C7CAD96EC1BF27BB5286C3BF4387](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_3382AB8E0CA2A24E0CA53C7B52E8D90ED3EE8A31ABC480C24C13418F0C37E135EFCAD5459E4F24FF62E9E394CD45B995FE67A90983640A4C5527B2D22DC0470749C24568FFBD13B3C5E1535767D7C19B4F644A5DC729874BD85DC4DC53B468F7FC594754666A8553B12EA35598C7CAD96EC1BF27BB5286C3BF4387)

# Medida foi aprovada por 23 votos a 11

Horas depois de o governo fazer um acordo para mudar o teto de gastos e liberar mais R\$ 83,6 bilhões para gastos em 2022, em ano eleitoral, a comissão especial responsável por analisar a medida aprovou o texto-base por 23 votos a 11.

A votação se deu pouco mais de seis horas após o relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), concluir seu parecer - ele próprio informou que finalizou a nova redação por volta de 14h. Faltam os destaques, propostas de mudanças no texto. Concluída a votação, o texto segue ao plenário da Câmara dos Deputados.

Motta é o relator da PEC dos precatórios, enviada originalmente pelo governo para limitar o pagamento de dívidas judiciais e abrir espaço para o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, com pagamento médio de R\$ 300.

Deputados da oposição reclamaram da celeridade e disseram ter tido acesso ao texto apenas 15 minutos antes da sessão e fizeram apelos para que a votação fosse adiada para semana que vem. "Não podemos fazer uma votação às cegas", disse a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

## CORREÇÃO

Em 2016, quando foi votada a criação do teto de gastos, chegou-se a cogitar que a correção do limite se desse pela **inflação** fechada do ano. Mas o formato final acabou privilegiando a **inflação** acumulada em 12 meses até junho por um motivo simples: a proposta de Orçamento é entregue até 31 de agosto do ano anterior ao de sua vigência. Saber de antemão a variação do teto facilita o processo de elaboração da peça.

Nos últimos anos, porém, a vantagem processual se converteu em uma dor de cabeça devido ao descasamento de índices de **inflação**, uma vez que dois terços das despesas, incluindo benefícios previdenciários, são corrigidos pelos índices do ano até dezembro. Se a **inflação** acelera no segundo semestre, os gastos crescem mais que o teto, e o governo é forçado a cortar despesas de outros lugares - como investimentos e emendas parlamentares.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

# Saiba quem terá direito ao programa Auxílio Brasil

## SERVIÇO

Folhapress

A partir do próximo mês, o Bolsa Família será substituído pelo Auxílio Brasil, novo programa social do governo federal, segundo o governo Jair Bolsonaro. A medida provisória do programa foi enviada ao Congresso Nacional e precisa ser aprovada nos próximos 120 dias para valer de forma definitiva.

Porém, para bancar o novo auxílio sem estourar o teto de gastos, o governo já aumentou o IOF (imposto sobre operações de crédito) e tem que aprovar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos precatórios, que limita o pagamento dos precatórios federais. Quando o Auxílio Brasil começar a funcionar, o Bolsa Família será extinto. De acordo com o ministro da Cidadania, João Roma, o benefício será reajustado em novembro e passará dos 14,6 milhões de atendidos atualmente para cerca de 17 milhões de famílias em dezembro, que receberão, no mínimo, R\$ 400. Ao anunciar o programa, nesta quarta-feira (20), o ministro afirmou que o complemento do valor do Auxílio Brasil para atingir R\$ 400 é um benefício transitório, até dezembro de 2022. "Estamos tratando internamente no governo e também junto ao Congresso Nacional.

Com a PEC dos Precatórios, esperamos que tudo seja viabilizado dentro das regras fiscais", afirmou. O novo auxílio deverá ser pago a famílias em situação de extrema pobreza (famílias com renda de até R\$ 89 por pessoa, em 2021). Quem recebe o Bolsa Família será contemplado pelo Auxílio Brasil. Já as famílias de baixa renda que não estão inscritas no programa social devem se cadastrar no CadÚnico (cadastro único), requisito para se candidatar a este e outros programas sociais do governo federal. Estados e municípios também utilizam os dados do CadÚnico como base para seus programas sociais.

## EXTRA

O desenho do Auxílio Brasil que está sendo costurado pelo governo federal prevê o pagamento de uma parcela extra mínima para todos os beneficiários do Auxílio Brasil, inclusive para aqueles que já recebem R\$ 400 por mês. A proposta em elaboração estabelece que as famílias incluídas no Auxílio Brasil,

que deverá substituir o Bolsa Família a partir de novembro, receberão mensalmente no mínimo R\$ 400. Esse seria o piso do benefício até dezembro de 2022 -ano em que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pretende concorrer à reeleição. Hoje, quem está dentro do Bolsa Família recebe em média cerca de R\$ 190 por mês. Mas isso depende da composição da família. Há famílias que já recebem mais de R\$ 400. Por isso, o governo quer conceder um benefício temporário mínimo para esse grupo que já superou a faixa de R\$ 400 mensais.

O valor desse benefício mínimo ainda está em discussão. Mas há cenários entre R\$ 30 a R\$ 50 por mês. O plano é que essas pessoas também recebam um aumento por causa da **inflação**. Também há o viés político de dar ganho de **renda** a essas famílias que têm custo de vida mais elevado. Por isso, a última versão da MP (medida provisória) que vai criar o benefício temporário para quem fizer parte do Auxílio Brasil prevê um valor máximo e um valor mínimo. Essas faixas, porém, devem ser determinadas posteriormente por meio de regulamentação, ou seja, por ato do Executivo. Com essa estratégia, o governo tenta evitar que o Congresso aprove o benefício extra em patamar acima do desejado.

## PARA ENTENDER

### AUXÍLIO BRASIL

O Auxílio Brasil terá três benefícios básicos de transferência de renda:

**Benefício Primeira Infância:** para famílias com crianças entre zero e 36 meses incompletos  
**Benefício Composição Familiar:** diferente da atual estrutura do Bolsa Família, que limita o benefício aos jovens de até 17 anos, será direcionado também a jovens de 18 a 21 anos incompletos. Segundo o Ministério da Cidadania, o objetivo é incentivar esse grupo a permanecer nos estudos para concluir pelo menos um nível de escolarização formal  
**Benefício de Superação da Extrema Pobreza:** se após receber os benefícios anteriores a renda mensal per capita (por pessoa da família) da família não superar a linha da extrema pobreza, ela terá direito a um apoio financeiro sem limitações relacionadas ao número de integrantes do núcleo familiar  
O novo auxílio prevê medidas para inserir jovens e adultos no mercado de trabalho,

articulando as políticas de assistência social com as ações de inclusão produtiva urbana e rural, empreendedorismo e entrada na economia formal.

Outros cinco benefícios serão somados ao valor do benefício básico:

**Auxílio Esporte Escolar:** destinado a estudantes com idades entre 12 e 17 anos incompletos que sejam integrantes de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil e que se destacarem em competições oficiais do sistema de jogos escolares brasileiros. **Bolsa de Iniciação Científica Júnior:** para estudantes com bom desempenho em competições acadêmicas e científicas e que sejam beneficiários do Auxílio Brasil.

A transferência do valor será feita em 12 parcelas mensais. Não há número máximo de beneficiários.

**Auxílio Criança Cidadã:** direcionado ao responsável por família com criança de zero a 48 meses incompletos que consiga fonte de renda, mas não encontre vaga em creches públicas ou privadas da rede conveniada. O valor será pago até a criança completar 48 meses de vida, e o limite por núcleo familiar ainda será regulamentado.

**Auxílio Inclusão Produtiva Rural:** pago por até 36 meses aos agricultores familiares inscritos no Cadastro Único.

**Auxílio Inclusão Produtiva Urbana:** quem estiver na folha de pagamento do Auxílio Brasil e comprovar vínculo de emprego formal receberá o benefício.

**Benefício Compensatório de Transição:** para famílias que estavam na folha de pagamento do Bolsa Família e perderem parte do valor recebido em decorrência do enquadramento no Auxílio Brasil. Será concedido no período de implementação do novo programa e mantido até que haja aumento do valor recebido pela família ou até que não se enquadre mais nos critérios de elegibilidade. **Aumento na renda:** Os beneficiários que tiverem aumento da renda per capita e essa nova renda ultrapassar o

limite para a inclusão no Auxílio Brasil serão mantidos na folha de pagamento por mais 24 meses. É o que o governo chama de Regra de Emancipação.

Segundo o ministério, a família beneficiária que deixar de receber o Auxílio Brasil, por vontade própria ou após os 24 meses, poderá retornar ao programa com prioridade, sem enfrentar fila, desde que atenda aos requisitos de elegibilidade.

O governo irá liberar para os beneficiários uma linha de microcrédito (empréstimos de pequeno valor). Quem

recorrer ao microcrédito poderá comprometer até 30% do valor do benefício recebido. A medida, segundo a Cidadania, tem como objetivo permitir melhor administração do orçamento familiar e a realização de planejamento financeiro com vistas a pequenos negócios e empreendedorismo. Programa alimentar

#### Alimenta Brasil

A medida provisória cria ainda o Alimenta Brasil, que substitui o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), criado em 2003 para incentivar a agricultura familiar ao comprar alimentos de pequenos produtores para distribuição pelo poder público.

O poder público compra os alimentos produzidos pela agricultura familiar, garantindo renda mínima aos produtores.

#### Auxílio Brasil

Famílias em condição de extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 89 por pessoa, segundo o padrão atual do governo) Famílias em condição de pobreza (renda mensal entre R\$ 89 e R\$ 178 por pessoa, segundo o padrão atual do governo) com gestantes ou pessoas com idade até 21 anos.

É preciso estar cadastrado no CadÚnico e com as informações atualizadas.

Para se inscrever no Cadastro Único, é preciso que uma pessoa da família se responsabilize por prestar as informações de todos os membros da casa para o entrevistador. Essa pessoa, chamada de Responsável pela Unidade Familiar (RF), deve ter pelo menos 16 anos, ter CPF ou título eleitor, e, preferencialmente, ser mulher. O cadastro é feito normalmente nas prefeituras, no Cras (Centro de Referência de Assistência Social), ou em um posto de atendimento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

É necessário apresentar também, pelo menos, um documento para cada pessoa da família, dentre os seguintes:

Certidão de nascimento, Certidão de casamento, CPF, RG, Carteira de trabalho, Título de eleitor, Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani), se a pessoa for indígena.

#### Como será o pagamento

O pagamento do novo auxílio começa em novembro de 2021 e, se aprovado pelo Congresso, irá até dezembro de 2022. Famílias que recebem o Bolsa Família terão aumento de 20% na renda a partir de dezembro. O valor será pago do mesmo modo que, atualmente, é

liberado o Bolsa Família.

**Site:**

**<https://www.diarioonline.com.br/digital/Page?editionId=1905>**